

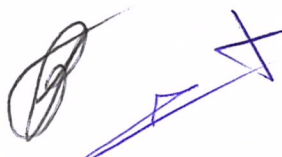
CONTRATO CEDAE N.º 006 /18 (DI)

Contrato que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE** e as empresas reunidas através do **CONSÓRCIO MANUTENÇÃO LESTE I**.

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE** - sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, registrada na JUCERJA sob o nº 5000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o nº 33.352.394/0001-04, neste ato por seus representantes ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e Diretor de Distribuição e Comercialização do Interior, Sr. HELENO SILVA DE SOUZA, doravante designada **CEDAE**, bem como as seguintes empresas: (i) **CONSTRUTORA MEDEIROS CARVALHO DE ALMEIDA LTDA.**, com sede na Rua Otávio Carneiro, nº 100, sala 504, Icaraí, Niterói/RJ- CEP 24.230-191, inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.458.749/0001-48, representada neste ato por seu sócio administrador, Sr. LUIZ CARLOS DE CARVALHO, brasileiro, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 39.191-D - CRA 5ª Região, inscrito no CPF/MF nº 284.864.807-44 (ii) **DARWIN ENGENHARIA LTDA.**, com sede na Estrada Caetano Monteiro, nº 1.866, Pendotiba, Niterói- RJ - CEP 24320-570, inscrita sob CNPJ/MF sob nº 35.815.653/0001-03, representada neste ato pelo seu Sócio Diretor, Sr. JEFFERSON PAES DE FIGUEIREDO FILHO, brasileiro, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 27.799/D, CREA/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 332.472.697-20, aqui reunidas pela constituição do **CONSÓRCIO MANUTENÇÃO LESTE I**, liderado pela primeira CONTRATADA, inscrito no CNPJ sob o nº 29.565.854/0001-05, com sede na Rua Otávio Carneiro, nº 100, sala 504, Icaraí, Niterói/RJ- CEP 24.230-191, neste ato representado por Sr. LUIZ CARLOS DE CARVALHO, brasileiro, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 39.191-D - CRA 5ª Região, inscrito no CPF/MF nº 284.864.807-44 e Sr. JEFFERSON PAES DE FIGUEIREDO FILHO, brasileiro, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 27.799/D, CREA/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 332.472.697-20, denominadas em conjunto como "**CONSÓRCIO**", doravante designado **CONTRATADA**, têm entre si, na conformidade do que consta do Processo nº **E-17/100.440/2015** relativo à Licitação **CN nº 001/2016 ASL-1.1** justo e acordado o presente que se regerá incondicional e irrestritamente pelas normas da Lei nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações da Lei 8.883, de 08/06/94 e da Lei 9.648 de 27/05/98, pela Lei nº 287, de 04/12/79 e pelo Decreto nº 3.149, de 28/04/80, que regulamentou o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro, e pelo Decreto Estadual nº 16.672, de 28/06/91, pela Lei Complementar 123, de 14/12/2006 e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é a execução dos "**SERVIÇOS CONTÍNUOS DE APOIO, REPARO, COMPLEMENTOS E MANUTENÇÃO DOS RAMAIS, LIGAÇÕES PREDIAIS, REDES E ELEVATÓRIAS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTOS DE**



ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, INCLUSIVE REPOSIÇÃO DE PAVIMENTO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA DIRETORIA DO INTERIOR – LOTE I”.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO E SUA SUBMISSÃO AO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

2.1. O prazo de execução dos serviços é de **360 (trezentos e sessenta) dias** corridos a partir do dia seguinte à data estabelecida na Ordem de Início, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos com vistas a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses, conforme preceitua o art. 57, inciso II da Lei 8.666/93.

2.2. O Início de Vigência, do presente Contrato, será no dia seguinte à data estabelecida na Ordem de Início para execução dos serviços.

2.3. No decorrer da execução dos serviços, será exigida uma produção que aos preços contratuais, corresponda às etapas mensais mínimas estabelecidas em percentagens acumuladas em relação ao valor total dos serviços contratados, em conformidade com o cronograma físico-financeiro anexado ao presente Contrato que, devidamente rubricado pelas partes contratantes, passa a fazer parte integrante deste instrumento.

2.4. A ocorrência de condições que poderiam ocasionar a prorrogação do prazo contratual, bem como dos prazos intermediários de execução dos serviços, estipulados no cronograma físico apresentado pela **CONTRATADA**, serão apreciadas e decididas pela Fiscalização que, a seu critério, poderá alterá-los, desde que não acarretem para a **CEDAE** qualquer acréscimo de custo nos serviços e sejam plenamente justificados. Neste caso, tais alterações de prazos não serão consideradas como inadimplemento contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CEDAE

3.1. Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a** – remeter cópia deste instrumento contratual ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no prazo de 15 (quinze) dias de sua publicação;
- b** – efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- c** – emitir autorizações específicas para atuação junto a terceiros;
- d** – fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, ligados ao presente Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. A **CONTRATADA** obriga-se a:

- a** - conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e com estrita obediência às leis vigentes;
- b** - obedecer às Normas de Projeto e Execução de Obras da **CEDAE**, tomando delas expresse conhecimento;
- c** - responder pelos serviços que executar, na forma da lei;
- d** - prover os serviços, ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**;

e - providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, com vigência a partir da data de início das obras até seu recebimento definitivo. Assim sendo, será responsável pela contratação dos seguros do pessoal, edificações, instalações, equipamentos e veículos que utilizar na execução dos serviços, sob pena de assumir diretamente todos os riscos e ônus inerentes;

f - comparecer, sempre que a **CEDAE** solicitar, aos seus escritórios ou em outro local indicado, por seu titular ou engenheiros credenciados, para examinar e prestar esclarecimentos a problemas relacionados com o objeto deste Contrato. A convocação deverá ser feita com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;

g - atender a todas as solicitações de natureza técnica, da **CEDAE**, relacionadas com o objeto deste Contrato;

h - manter a **CEDAE** informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os pormenores dos serviços contratados;

i - obedecer estrita e rigorosamente aos prazos de execução dos serviços e/ou de entrega de equipamentos constantes deste Contrato, cabendo à **CEDAE**, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a sua execução e de aplicar as penalidades cabíveis, sem que à **CONTRATADA** assista direito a indenização;

j - destinar um recinto apropriado em seu escritório, a fim de alojar o pessoal técnico da Fiscalização da **CEDAE**;

l - substituir qualquer membro da equipe de trabalho, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que solicitado pela **CEDAE**;

m - prestar, sem ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados nos trabalhos, sempre que a ela imputáveis;

n - submeter à prévia aprovação da **CEDAE** qualquer alteração de sua equipe de trabalho;

o - providenciar, antes do início dos serviços, o recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), conforme determina a Lei Federal nº 6.496 de 07/12/77, relativa à execução dos serviços, definindo os responsáveis técnicos dos mesmos.

p - manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

q - na execução contratual, a gestão de resíduos gerados da totalidade das atividades necessárias à implementação da obra em questão deverá seguir ao estabelecido nas diretrizes, critérios e procedimentos para gestão de resíduos da construção civil da Resolução CONAMA Nº 307, de 05 de julho de 2002.

r - A **CONTRATADA** disponibilizará as Memórias de Cálculos de dimensionamento, juntamente com os Projetos Executivos, para fins de verificação da adequação da solução adotada.

s - A **CONTRATADA** deverá apresentar para cada medição a respectiva memória de cálculo, na qual deverá constar a indicação dos locais precisos da execução dos serviços e das dimensões de cada parte ou trecho do item medido, preferencialmente através de croqui.

s.1 - As medições serão realizadas com base nos serviços efetivamente realizados pela **CONTRATADA**.

t - Apresentar NOTA FISCAL ELETRÔNICA dos itens referentes aos fornecimentos de materiais, emitidas por seus respectivos fornecedores, mediante acesso ao

sistema informatizado da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, disponibilizado no endereço eletrônico www.fazenda.rj.gov.br.

t.1 - Todos os arquivos de NF-e oriundos de fornecedor (arquivo XML) deverão ser enviados para o e-mail nfe@cedae.com.br.

u - A **CONTRATADA** deverá se responsabilizar, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização das obras ou serviços, até a sua entrega perfeitamente concluída.

v - A **CONTRATADA** deverá obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução das obras ou serviços, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades.

x - A **CONTRATADA** deverá, na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.258, de 12/04/2016, preencher os postos de trabalho com pessoas portadores de deficiência ou necessidades especiais, respeitando o contido no art. 7º, inciso XXXI, da Constituição Federal, na seguinte proporção indicada no art. 93, da Lei 8.213, de 24/07/1991:

- I- De cem a duzentos postos de trabalho, 2% (dois por cento);
- II- De duzentos a um a quinhentos postos de trabalho, 3% (três por cento);
- III- De quinhentos e um a mil postos de trabalho, 4% (quatro por cento);
- IV- Mais de mil postos de trabalho, 5% (cinco por cento).

CLÁUSULA QUINTA - FISCALIZAÇÃO

5.1. É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

5.2. A ação ou omissão da Fiscalização da **CEDAE** não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e exclusiva responsabilidade quanto à perfeição dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais.

CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064
Código Orçamentário: 33903918
Fonte de Recursos: 10
Conta Contábil: 411110325
C. Custos: DI07000000

ID da Reserva Orçamentária: 2018000022

6.2. As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA – PREÇO E VALOR DO CONTRATO

7.1. A **CONTRATADA** se obriga a realizar as obras ora contratadas, em regime de empreitada por preço unitário, pelo preço de sua Proposta na Licitação no valor de **R\$ 19.972.867,77 (dezenove milhões, novecentos e setenta e dois mil, oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e sete centavos)**, com preço base no mês da Estimativa Orçamentária, conforme tabela abaixo, detalhada às fls. 4.380 a 4.388 do processo E-17/100.440/2015 (volume 016).

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
01	MOBILIZAÇÃO E SUPERVISÃO	1.244.173,27
02	SERVIÇOS TÉCNICOS	275.226,37
03	CAIXAS PARA REGISTROS	53.159,94
04	FORNECIMENTO E MATERIAIS	1.822.191,75
05	SERVIÇO DE APOIO INCLUSIVE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	15.411.612,66
06	EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS	68.082,94
07	PRESSURIZAÇÃO DA REDE COM BOMBA	238.485,60
08	SUBSTITUIÇÃO DA REDE DISTRIBUIDORA	859.935,24
TOTAL		19.972.867,77

*planilha detalhada com preços unitários às fls. 4.380/4.388 do processo E-17/100.440/2015 (volume 016).

7.2. O preço ajustado no item anterior desta Cláusula inclui o lucro e todos os custos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

7.3. A **CEDAE** poderá, atendendo às diretrizes da Lei 8.666/93, substituir, total ou parcialmente, quaisquer itens da Planilha de Preços da Proposta, por itens e serviços que constem da tabela de preços do Serviço de Composição de Preços da Empresa de Obras Públicas (EMOP), sendo os valores unitários adotados aqueles relativos ao mês da Estimativa Orçamentária descontados do percentual oferecido pela licitante vencedora em relação ao preço total orçado.

7.3.1 Caso os serviços não constem da Planilha de Preços da Proposta nem da tabela de preços da EMOP, será efetuada pesquisa de mercado junto a no mínimo 04 (quatro) empresas especializadas, adotando-se o menor dos preços.

7.3.2. A **CONTRATADA** se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do art. 65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos.

7.4. A **CONTRATADA** se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art. 65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos.

7.4.1. Em havendo acréscimo ou supressão de serviços constantes na planilha original, os preços unitários serão os mesmos originariamente propostos.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Somente será analisada a concessão do reajustamento de preços caso a periodicidade ultrapasse 1 (um) ano, unicamente se ocorrer variação do valor contratual, contado a partir da data da apresentação da proposta, observada a legislação vigente e/ou substitutivas e face à comprovada elevação dos insumos utilizados. Neste caso, será adotado como limite o índice relativo a família de cada item da planilha orçamentária.

- os preços contratados serão reajustados, unicamente em obediência à periodicidade prevista na lei vigente, e de acordo com o seguinte critério:

- valor do reajustamento, das obras e serviços contratados, será calculado pela variação do índice relativo a família de cada item da Planilha Orçamentária, que corresponde aos cinco primeiros dígitos do Código do Serviço, de acordo com a classificação estabelecida no "Catálogo de Referência da EMOP", tendo como data base a data da apresentação da proposta, segundo a fórmula que segue:

$$R = \sum P_0 * Q * \left[\frac{I - I_0}{I_0} \right]$$

onde :

R = Valor do reajustamento

P₀ = Preço unitário contratual

Q = Quantidade medida no mês

I = Índice da família EMOP correspondente ao mês do reajustamento

I₀ = Índice da família EMOP correspondente ao mês da apresentação da proposta.

- o valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela a preços contratuais.

8.1.1 As partes convencionam que o prazo decadencial para a **CONTRATADA** solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na **CEDAE**, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

CLÁUSULA NONA – MEDIÇÃO, FATURAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

9.1. Os pagamentos das faturas serão efetuados em parcelas mensais, após a aceitação das medições correspondentes por parte da **CEDAE**, no 30º (trigésimo) dia corrido contado a partir da data final do período de adimplemento.

9.1.1. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo

inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

9.2. Os pagamentos devidos em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária, mantida pela **CONTRATADA**, via Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor" (Anexo VI), integrante de sua proposta.

9.3. Mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, a Fiscalização, de comum acordo com a **CONTRATADA**, estabelecerá a programação dos serviços e/ou fornecimentos a serem realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades da obra.

9.4. Mensalmente, a Fiscalização procederá à verificação do avanço da implantação e do cumprimento das metas mínimas do cronograma físico-financeiro contratual.

9.5. A cada 30 (trinta) dias, a **CONTRATADA** fará a emissão da medição/fatura dos serviços realizados e dos fornecimentos de materiais e equipamentos considerados pela Fiscalização aceitos e de conformidade com o cronograma físico-financeiro contratual, cujos percentuais limitarão os valores dos serviços medidos.

9.5.1. Os serviços relativos à administração local da obra, serão pagos com o mesmo percentual de execução da obra, quando das medições.

9.5.2. Na elaboração dos projetos executivos e Cadastro Técnico, previstos na presente licitação, deverão ser seguidas as Normas pertinentes. E, havendo a necessidade de acréscimo no número de pranchas previstas na planilha orçamentária, o que deverá ser tecnicamente justificado e submetido à aprovação da **CEDAE**.

9.5.2.1. Os itens referidos acima deverão ser medidos em função dos produtos apresentados, ou seja, as pranchas apresentadas.

9.6. A Fiscalização terá 2 (dois) dias úteis, após o recebimento da medição/fatura, para aprová-la ou devolvê-la.

9.6.1. No caso da não concordância com parte da medição, a Fiscalização liberará a parte não controvertida, notificando a **CONTRATADA** quanto às pendências do restante da medição.

9.6.2. No caso de a Fiscalização encontrar erros na medição feita pela **CONTRATADA**, esta medição lhe será devolvida para sua reapresentação ou para proceder conforme disposto em 9.6.1.

9.7. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, a contagem do prazo para pagamento será suspensa até a reapresentação da respectiva fatura isenta de erros, sendo então prosseguida a contagem inicialmente interrompida.

9.8. A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de medições de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.

9.9. Toda fatura fará menção específica à medição na qual a mesma se baseia.

9.10. A liberação do primeiro pagamento ficará condicionada à entrega, pela **CONTRATADA**, da comprovação de pagamento da ART-ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA da obra.

9.11. Os pagamentos, das faturas ou notas fiscais, das etapas da prestação dos serviços, ficarão condicionados à apresentação, pela **CONTRATADA**, de cópia autenticada da guia quitada de recolhimento dos encargos previdenciários e respectiva folha de pagamento relativa aos serviços realizados na etapa faturada, conforme prescreve o parágrafo 2º do Art. 71 da Lei 8666/93 alterado pelo Art. 4º da Lei 9032/95 de 28/04/95.

9.11.1. Para efeito do subitem anterior a **CONTRATADA** deverá elaborar folha de pagamento exclusiva, para as obras contratadas, conforme preconizado no parágrafo 4º do Art. 31 da Lei 8212/91 de 24/07/91, alterado pelo Art. 2º da Lei 9032/95 de 28/04/95.

9.12. A fatura final deverá corresponder, no mínimo, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato e só será processada após a aceitação provisória da obra.

9.13. A **CEDAE**, a qualquer tempo, poderá utilizar créditos da **CONTRATADA** para atender aos compromissos e obrigações assumidos, e não cumpridos, pela mesma, junto aos seus empregados e subcontratados, em decorrência das obras objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIAS

10.1. Como garantia do Contrato e da boa execução das obras em objeto e para cobertura de eventuais débitos, a **CONTRATADA** depositará na Tesouraria da **CEDAE** a importância de 1,5% (um vírgula cinco por cento) sobre o valor total do Contrato (item 1 do parágrafo 2º do Art. 47 do Decreto Estadual nº 3.149 de 28/04/80), de acordo com o Art. 56 (cinquenta e seis) da Lei 8.666/93.

10.2. Sempre que se fizer necessário, a **CONTRATADA** deverá providenciar o reforço da garantia, mantendo assim a relação de 1,5% (um vírgula cinco por cento) entre o valor da Garantia Contratual e o valor do Contrato.

10.2. A liberação da garantia de que tratam os itens anteriores desta Cláusula ficará condicionada à autorização, por parte da **CEDAE**, depois de apurado administrativamente o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** e após a aceitação definitiva da obra pela Fiscalização da **CEDAE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

11.1. As obras objeto deste Contrato serão executadas sob a direção e responsabilidade técnica dos Engenheiros Sr. JEFFERSON PAES DE FIGUEIREDO, CREA nº 1974101140, Srª ANA TEREZA ANTONIO DE MATTOS, CREA nº 1983105665 e Sr. JEFFERSON



FRANCISCO PAES DE FIGUEIREDO, CREA nº 200468423-2 e LUIZ PHILIPPE ALVES DE CARVALHO, CREA RJ 2007124360, que ficam autorizados a representar a **CONTRATADA**, em suas relações com a **CEDAE**, em matéria de serviço.

11.2. A **CONTRATADA** obriga-se a manter os engenheiros indicados nesta cláusula como Responsáveis Técnicos na direção dos trabalhos e no local das obras até seu final. A substituição dos Responsáveis Técnicos poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério da **CEDAE**.

11.3. O Responsáveis Técnicos aqui indicados deverão figurar como tal na ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, de que trata o item 9.10 da Cláusula Nona deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. A realização das obras, conforme definidos no Edital da Licitação e na Proposta da **CONTRATADA**, terá início a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela **CEDAE** (Ordem de Início).

12.2. A **CEDAE** poderá, a qualquer tempo e a seu critério, determinar por escrito a suspensão dos serviços em andamento. A suspensão tornar-se-á efetiva 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento, pela **CONTRATADA**, desta determinação, devendo a mesma proceder à entrega dos serviços até então executados ou em execução, os quais lhe serão remunerados pela **CEDAE**, desde que tecnicamente aceitos.

12.3. A **CEDAE** poderá deixar de expedir Ordem de Execução - OEX, em função da indisponibilidade dos recursos indispensáveis à execução das obras, ou ainda se a **CONTRATADA** não tiver terminado ou imprimido, à OEX anterior, ritmo e qualidade aceitáveis pela Fiscalização da **CEDAE**. Nestes casos, não assistirá à **CONTRATADA** direito a indenização, reembolso ou compensação de qualquer espécie, exceto quanto ao pagamento de serviços executados, entregues e aceitos pela Fiscalização.

12.4. As Ordens de Execução emitidas pela **CEDAE** e aceitas pela **CONTRATADA** ficarão fazendo parte integrante deste Contrato.

12.5. A Coordenação Geral dos trabalhos da **CONTRATADA** deverá estar localizada, obrigatoriamente, no Município do Rio de Janeiro ou em outro Município do Estado do Rio de Janeiro, a juízo da **CEDAE**.

12.6. Deverá ser obedecida a orientação da Fiscalização da **CEDAE** na execução dos serviços.

12.7. Na execução das obras objeto deste Contrato serão obedecidas: as Especificações Técnicas, o Projeto e os demais elementos fornecidos pela Fiscalização; as Normas Técnicas da ABNT e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as relacionadas com execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, penalidades, rescisão de contratos, pagamentos, medição de serviços e normas técnicas.

12.8. Na execução do objeto contratual serão também seguidos os dispositivos da **CEDAE-DPO-1** abaixo discriminados, cujas cópias poderão ser adquiridas na Coordenação de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia, à Av. Presidente Vargas, 2655 - 7º andar, no horário de 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.

12.8.1. Ordem de Serviço "E" DPO nº 01, de 01/04/85 que aprova o Modelo de Memorando para Solicitações Endereçadas à **CEDAE**.

12.8.2. Ordem de Serviço "E" DPO nº 001, de 28/01/88 que aprova as Normas para Medições de Obras ou Serviços.

12.8.3. Ordem de Serviço "E" DPO nº 03, de 01/04/85 que aprova as Normas para Prorrogação ou Suspensão do Prazo Contratual das Obras ou Serviços.

12.8.4. Ordem de Serviço "E" DPO nº 04, de 01/04/85 que aprova as Normas para Fiscalização das Obras ou Serviços.

12.8.5. Regulamento Geral de Medição e Preços de Serviços e Obras.

12.9. Todas as despesas relativas a serviços noturnos, inclusive as referentes a iluminação, correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**.

12.10. A **CONTRATADA** se responsabilizará, por si e por seus sucessores, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título venha a causar à **CEDAE**, ao Estado do Rio de Janeiro e/ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato.

12.11. A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de junho de 1978 e suas Portarias modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

12.11.1. Todos os empregados da **CONTRATADA** deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI), tais como capacetes, botas, capas, óculos e demais equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterado o prazo de execução da obra.

12.12. No decorrer da execução dos serviços, será exigida uma produção que, aos preços contratuais, corresponda às etapas mensais estabelecidas pela **CONTRATADA** no cronograma físico-financeiro contratual, em percentagens acumuladas em relação ao valor total das obras contratados.

12.12.1. Caso estas etapas mensais não sejam cumpridas pela **CONTRATADA**, após a verificação da Fiscalização da **CEDAE**, serão pagos à **CONTRATADA**, somente os serviços e fornecimentos efetivamente executados.

12.13. Todos os materiais/equipamentos a serem empregados na execução das obras deverão ser de primeira qualidade e novos, sujeitando-se a **CONTRATADA** à realização dos ensaios/testes, de Controle de Qualidade, determinados pela Fiscalização.

12.14. Em todos os casos em que a execução dos serviços, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, ocasionar prejuízos aos serviços já executados, a **CONTRATADA** arcará com os custos de restauração para recolocá-los em suas condições originais.

12.15. A **CONTRATADA** responderá de maneira absoluta e inescusável pelos serviços, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pela sua execução e qualidade técnica.

12.16. A **CONTRATADA** se obriga a cooperar com outras contratadas da **CEDAE**, entrosando-se com elas, a fim de que todos os serviços se desenvolvam conforme a programação estabelecida para cada uma. Quaisquer entendimentos entre as diversas contratadas serão feitos, por escrito, sempre através da Fiscalização.

12.17. A aceitação das obras ficará sujeita à aprovação da Fiscalização, obrigando-se a **CONTRATADA** a refazer aqueles que forem rejeitados, ficando, também, condicionada ao fornecimento, pela **CONTRATADA**, das plantas e desenhos relativos às obras por ela, realmente executados, de acordo com as normas, instruções e especificações do Serviço de Cadastro Técnico da **CEDAE**.

12.18. A aceitação provisória da obra será promovida pela **CEDAE**, mediante a designação de uma Comissão de 3 (três) membros, devidamente habilitados, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro do prazo de 15 (quinze) dias da comunicação por escrito da **CONTRATADA**, informando a conclusão das obras.

12.18.1. Para o recebimento provisório será necessário a apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND) junto ao INSS, a comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade da Situação Fiscal junto ao FGTS.

12.19. A aceitação definitiva da obra será promovida pela **CEDAE** mediante a designação de uma Comissão de 3 (três) membros, devidamente habilitados, após 90 (noventa) dias da emissão do termo de que trata o item anterior desta Cláusula e, desde que tenham sido sanadas por parte da **CONTRATADA** as eventuais irregularidades nele consignadas, inclusive aquelas estipuladas na letra "m", item 4.1. da Cláusula 4ª deste Contrato. Nesta ocasião será emitido termo circunstanciado, assinado pelas partes.

12.19.1. Para a expedição do Termo de Recebimento Definitivo a **CONTRATADA** deverá tomar as seguintes providências:

- a) Testar todos os equipamentos e instalações;
- b) Revisar todos os acabamentos;
- c) Proceder à ligação definitiva de todas as instalações, devidamente oficializadas;
- d) Corrigir os defeitos ou imperfeições apontados ou que venham a ser verificados em qualquer elemento da obra/serviços executados;

e) Apresentar a quitação das obrigações trabalhistas relacionadas com o pessoal empregado na obra, inclusive quanto às Guias de Recolhimento junto ao INSS e FGTS;

f) Apresentar a Certidão Negativa de Débito (CND), fornecida pelo INSS relativo à obra/serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO OU CESSÃO DO CONTRATO

13.1. Não será admitida cessão, sub-rogação ou subcontratação nos serviços executados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

14.2. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

14.2.1. Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

14.3. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

14.3.1. A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

14.3.2. A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", do item 14.1, será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

14.3.3. A aplicação da sanção prevista na alínea "d", do item 14.1, é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

14.4. A multa administrativa, prevista na alínea "b", do item 14.1, observará o seguinte:

- a) Corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) Não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) Deverá ser graduada conforma a gravidade da infração;
- e) Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

14.5. A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do item 14.1, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

14.6. O não atendimento às solicitações da Fiscalização da **CEDAE**, sujeitará a **CONTRATADA** a multa de até 5%(cinco por cento) sobre o valor do contrato.

14.7. A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

14.8. Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, ocorrendo rescisão por motivo imputável à **CONTRATADA**, esta responderá, alternativamente, à escolha da **CEDAE**, por:

- a) Multa rescisória de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato, podendo a CEDAE se ressarcir desses valores com as garantias contratuais ou com os créditos de qualquer pagamento ainda devido à **CONTRATADA**; ou
- b) Pagamento de perdas e danos que puderem ser efetivamente apurados.

14.9. A aplicação das multas dar-se-á cumulativamente, à medida em que cada obrigação deixar de ser cumprida, limitando-se a 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

14.10. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento, ou das sanções administrativas.

14.11. As multas porventura aplicadas serão consideradas dívida líquida e certa, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA** ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

14.12. A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do item 14.1, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

14.12.1. A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

14.12.2. A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

14.12.2.1. A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do item 14.1, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d", do item 14.1.

14.13. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

14.14. As penalidades previstas no item 14.1 também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

14.14.1. Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do item 14.1, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO

15.1. Constituem causas para rescisão do Contrato, de acordo com o Artigo 78 da Lei 8.666/93, os seguintes motivos, dentre outros:

- o não cumprimento de Cláusulas contratuais;
- falência;
- cessão ou subempreitada parcial ou total das obras sem prévia autorização CEDAE;

15.1.1. A rescisão de que tratam os artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93, se opera por ato unilateral da **CEDAE** (art. 79 - inciso I) sem que caiba à **CONTRATADA**, em hipótese alguma ou a qualquer título, direito a indenização a não ser o pagamento das parcelas realmente executadas e aprovadas pela Fiscalização da **CEDAE**, dele descontados quaisquer créditos da **CEDAE**, relativos a danos e/ou prejuízos decorrentes da execução das obras ou das multas que lhe venham a ser aplicadas, independentemente das demais penalidades a que estiver sujeita a **CONTRATADA**.

15.1.2. Não havendo culpa da **CONTRATADA**, para a ocorrência da rescisão, fará ela jus ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados de conformidade com o parágrafo 2º, artigo 79 da Lei 8.666/93.

15.1.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

16.1. Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

16.2. Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação de a **CEDAE** remunerá-las.

16.3. A ocorrência de fatos próprios às condições climáticas regionais, bem como suas consequências, não serão consideradas causas para prorrogação do prazo contratual estabelecido na Cláusula 2ª deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO

17.1. Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o CONTRATANTE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

17.2. A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ENCARGOS

18.1. A **CONTRATADA** será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações fiscal, comercial, trabalhista e previdenciária que incidam ou venham a incidir sobre o presente Contrato, os quais correrão por sua exclusiva conta.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

19.1. Este Contrato só poderá ser alterado ou modificado em quaisquer de suas Cláusulas, mediante aditivo contratual, que deverá ser remetido, em no máximo 15

(quinze) dias a partir de sua publicação, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FACULDADE DE USO

20.1. O atraso, tolerância ou omissão por parte da **CEDAE** no exercício de quaisquer direitos que lhe assistem na forma deste Contrato, do Edital de Licitação ou da Lei em geral, não poderão ser interpretados como novação ou renúncia a tais direitos, podendo a **CEDAE** exercitá-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

21.1. As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

21.2. Caso a CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

22.1. Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato até o décimo quinto dia útil seguinte ao da sua assinatura.

22.2. O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

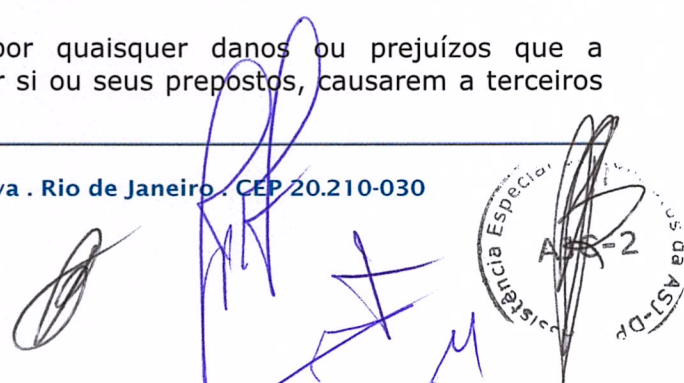
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Todos os originais dos documentos, estudos, fluxogramas, especificações, folhas de cálculos, etc., elaborados pela **CONTRATADA** serão propriedade da **CEDAE** e neles não deverá constar qualquer declaração que limite este direito.

23.2. À **CONTRATADA** é vedado dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros qualquer dado, documentação preparada ou recebida para a execução das obras, dar entrevistas faladas ou escritas, salvo com prévia e formal autorização da **CEDAE**.

23.3. A **CONTRATADA** providenciará todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato.

23.4. A **CEDAE** não será responsável por quaisquer danos ou prejuízos que a **CONTRATADA**, direta ou indiretamente, por si ou seus prepostos, causarem a terceiros



Handwritten signatures and an official stamp of the 'Assistência Especial' (Special Assistance) department, dated 15/05/2011, with the number 455-2.

em virtude da execução das obras de que cuida este Contrato. Em qualquer hipótese, a **CONTRATADA** será, sempre, a única e exclusiva responsável pelo seu ressarcimento.

23.5. Em caso de divergência entre as condições do Edital e este contrato, prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – CASOS OMISSOS

24.1. Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações.

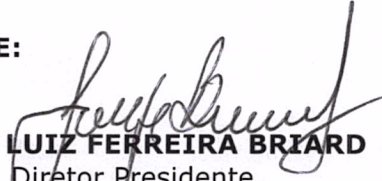
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - FORO

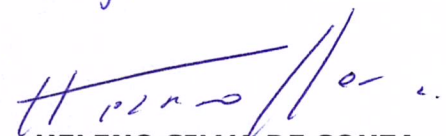
25.1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, o foro competente é o da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem justas e contratadas, mandaram emitir o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, que assinam com as testemunhas abaixo.

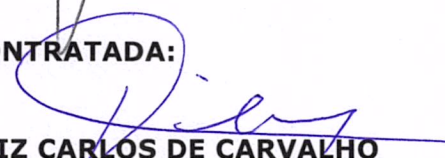
Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2018.

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente

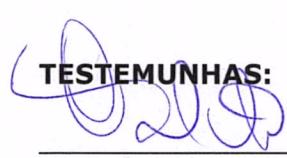

HELENO SILVA DE SOUZA
Diretor de Distribuição e Comercialização
do Interior

Pela **CONTRATADA**:


LUIZ CARLOS DE CARVALHO
CONSTRUTORA MEDEIROS CARVALHO
ALMEIDA LTDA.


**JEFFERSON PAES DE FIGUEIREDO
FILHO**
DARWIN ENGENHARIA LTDA.

TESTEMUNHAS:


ANDRE LUIS RESCHENTE CPF: 878.538.259-00

Ref. contr-CONS-MANUTENÇÃO-LESTE-I-serviço-manutenção-ramais-lote-I-CN-001-16-VB

PREGOIRO
ANDRE BRANDÃO FERREIRA - ID 2132534-0

MEMBROS

EDVALDO MOTTA RANGEL - ID 2132424-7
MARIA DALVA NUNES DE MELLO - ID 2132053-5
MONICA TENUTA DA SILVA - ID 2132435-2

MEMBRO SUPLENTE

CAROLINE ALVES DA COSTA - ID 5026889-9

Art. 2º - Fica designada a servidora ISABEL CRISTINA TEIXEIRA ALVES - ID 50107453, como substituta do Pregoeiro titular em seus impedimentos eventuais.

Art. 3º - Da presente Portaria será dado conhecimento imediato ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se para todos os efeitos as disposições anteriores.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 2018

SERGIO BERNARDINO DUARTE
Presidente

PORTARIA FLXIIII/PRES/GAB Nº 339 DE 22 DE JANEIRO DE 2018
MODIFICA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LEÃO XIII, no uso de suas atribuições constitucionais legais e em conformidade com o disposto no § 4º, do art. 51 da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica modificada a Comissão de Pregão Presencial da Fundação Leão XIII, designada através da Portaria PRES/GAB/263/2014, publicada no D.O. de 19.02.2014, passando a constar a seguinte composição.

PREGOIRO
ANDRE BRANDÃO FERREIRA - ID 2132534-0

MEMBROS

EDVALDO MOTTA RANGEL - ID 2132424-7
MARIA DALVA NUNES DE MELLO - ID 2132053-5
MONICA TENUTA DA SILVA - ID 2132435-2

MEMBRO SUPLENTE

CAROLINE ALVES DA COSTA - ID 5026889-9

Art. 2º - Fica designada a servidora ISABEL CRISTINA TEIXEIRA ALVES - ID 50107453, como substituta do Pregoeiro titular em seus impedimentos eventuais.

Art. 3º - Da presente Portaria será dado conhecimento imediato ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se para todos os efeitos as disposições anteriores.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 2018

SERGIO BERNARDINO DUARTE
Presidente

PORTARIA FLXIIII/PRES/GAB Nº 340 DE 22 DE JANEIRO DE 2018
MODIFICA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LEÃO XIII, no uso de suas atribuições constitucionais legais e em conformidade com o disposto no § 4º, do art. 51 da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica modificada a Comissão Permanente de Licitação da Fundação Leão XIII, designada através da Portaria PRES/GAB/264/2014, publicada no D.O. de 19.02.2014, passando a constar a seguinte composição.

PREGOIRO
ANDRE BRANDÃO FERREIRA - ID 2132534-0

MEMBROS

EDVALDO MOTTA RANGEL - ID 2132424-7
MARIA DALVA NUNES DE MELLO - ID 2132053-5
MONICA TENUTA DA SILVA - ID 2132435-2

MEMBRO SUPLENTE

CAROLINE ALVES DA COSTA - ID 5026889-9

Art. 2º - Fica designada a servidora ISABEL CRISTINA TEIXEIRA ALVES - ID 50107453, como substituta do Pregoeiro titular em seus impedimentos eventuais.

Art. 3º - Da presente Portaria será dado conhecimento imediato ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se para todos os efeitos as disposições anteriores.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 2018

SERGIO BERNARDINO DUARTE
Presidente

Id: 2084332

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO LEÃO XIII

ATO DO PRESIDENTE

DE 05.01.2018

APÓS A MARIA DE FÁTIMA LOPES LEITE - matrícula nº 1804743-1 - ID 2025243-9, no cargo de Técnico em Assuntos Culturais, no grupo I - nível 5, do Quadro Suplementar de Pessoal, nos termos do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005. Processo nº E-26/013/1012/2016.

DESPACHOS DO PRESIDENTE

DE 11.01.2018

PROCESSO Nº E-26/013/39/2017 - FATIMA APARECIDA FORTUNATO VALLE DE MORAES CHAGAS - ID Nº 2142177-3. CONCEDO o benefício abono permanência a contar de 18.10.2017.

DE 29.01.2018

PROCESSO Nº E-23/200/423/2008 - NEUZA UMPIERRE - ID Nº 2141738. RECONHEÇO a dívida de exercícios anteriores - janeiro de 2004 a abril de 2008, totalizando o valor de R\$ 6.631,06 (seis mil seiscentos e trinta e um reais e seis centavos).

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHOS DO DIRETOR

DE 16.01.2018

PROCESSO Nº E-22/201322/1991 - JURASE LOPES PONTES COELHO - ID Nº 21396078. CONCEDO 06 (seis) meses de licença prêmio relativa ao período de 31.03.1993 a 11.06.2011.

PROCESSO Nº E-26/013/032/2018 - MARCO ANTONIO SODRÉ PEDREIRA - ID Nº 5803314. CONCEDO 21 (vinte e um) meses de licença prêmio relativa ao período de 22.10.1980 a 13.10.2015.

Id: 2084064

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

ATO DO PRESIDENTE

DE 30.01.2018

APOSENTA, a pedido, JERONIMO SILVA CAETANO, Motorista, Grupo III, Nível G, matrícula 174370 - ID: 2857178-9 do Quadro Permanente da Fundação para a Infância e Adolescência do Estado do Rio de Janeiro, conforme artigo 3º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o artigo 89, III, c da Constituição Estadual/1989. Processo nº E-26/012/062/2016.

Id: 2084061

Secretaria de Estado de Transportes

DESPACHO DO SECRETÁRIO

DE 30.01.2018

PROCESSO Nº E-10/001/16/2018 - De acordo com a delegação de competência estabelecida pelo Decreto nº 4.251, de 17 de junho de 2013, AUTORIZO, sem ônus para o Estado, o afastamento do país dos servidores desta Secretaria de Estado de Transportes, mencionados às fls. 05.

Id: 2084232

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
DESPACHOS DO PRESIDENTE EM EXERCÍCIO
DE 24.01.2018

PROC. Nº E-10/005/110/2018 - APROVO o modelo de planta nº 1119635, requerido por Marcopolo S.A. com as seguintes especificações:
Carroceria: Ônibus rodoviário modelo Paradiso G VII 1050, com ar condicionado, + W, + guia.
Chassi: MBB O-500 RS Euro V
Distância entre eixos: 6.890mm
Lotação: 46 passageiros sentados.

DE 25.01.2018

PROC. Nº E-10/005/6229/2017 - ARQUIVE-SE.

DE 29.01.2018

PROCESSOS Nºs E-10/005/11738/2013, E-10/005/2505/2015, E-10/005/2507/2015, E-10/005/10805/2017 E E-10/005/14708/2017 - INDEFIRO, com base no parecer da Assessoria Jurídica.

PROC. Nº E-10/005/11474/2017 - DETERMINO o cancelamento do registro RJ-653, contido à empresa XAVIER TOUR EXCURSÕES LTDA., para operação do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros sob o regime de fretamento e, consequentemente, a baixa dos veículos nesta Autarquia.

PROC. Nº E-10/005/11476/2017 - TORNA SEM EFEITO o Despacho do Presidente em Exercício de 01.12.2017, publicado no Diário Oficial de 06.12.2017.

DE 30.01.2018

Processos Nºs E-10/005/5049/2013 e E-10/005/8214/2017 - Arquivar-se.

Id: 2084120

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO DE RECURSOS

ATA DA 3ª REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE JANEIRO DE 2018.
PROCESSOS INDEFERIDOS: Viçosa - Agências Negras LTDA. - E-10/005/12191/2017 - AI D 689106; Transporte e Turismo Machado LTDA. - E-10/005/12239/2017 - AI D 671531 - E-10/005/12281/2017 - AI D 671528; Translunismo Rio Minho LTDA. - E-10/005/13267/2017 - AI D 663225; José Carlos Francisco Alves - E-10/005/13892/2017 - AI D 710804; Rápido Macaense LTDA. - E-10/005/13894/2017 - AI D 676692-690485; Auto Vição 1001 LTDA. - E-10/005/14044/2017 - AI D 677783 - E-10/005/14044/2017 - AI D 676697 - E-10/005/14045/2017 - AI D 676696 - E-10/005/14569/2017 - E-10/005/14569/2017 - AI D 690496 - E-10/005/14569/2017 - AI D 690501 - E-10/005/14601/2017 - AI D 690500 - E-10/005/14603/2017 - AI D 690497 - E-10/005/14604/2017 - AI D 690496 - E-10/005/14605/2017 - AI D 509606 - E-10/005/14606/2017 - AI 509605 - E-10/005/14607/2017 - AI 509604 - E-10/005/14608/2017 - AI 509603 - E-10/005/14609/2017 - AI 509602 - E-10/005/14610/2017 - AI 509601 - E-10/005/14611/2017 - AI 509600 - E-10/005/14612/2017 - AI 509599 - E-10/005/14613/2017 - AI 509598 - E-10/005/14614/2017 - AI 509597 - E-10/005/14615/2017 - AI 509596 - E-10/005/14616/2017 - AI 509595 - E-10/005/14617/2017 - AI 509594 - E-10/005/14618/2017 - AI 509593 - E-10/005/14619/2017 - AI 509592 - E-10/005/14620/2017 - AI 509591 - E-10/005/14621/2017 - AI 509590 - E-10/005/14622/2017 - AI 509589 - E-10/005/14623/2017 - AI 509588 - E-10/005/14624/2017 - AI 509587 - E-10/005/14625/2017 - AI 509586 - E-10/005/14626/2017 - AI 509585 - E-10/005/14627/2017 - AI 509584 - E-10/005/14628/2017 - AI 509583 - E-10/005/14629/2017 - AI 509582 - E-10/005/14630/2017 - AI 509581 - E-10/005/14631/2017 - AI 509580 - E-10/005/14632/2017 - AI 509579 - E-10/005/14633/2017 - AI 509578 - E-10/005/14634/2017 - AI 509577 - E-10/005/14635/2017 - AI 509576 - E-10/005/14636/2017 - AI 509575 - E-10/005/14637/2017 - AI 509574 - E-10/005/14638/2017 - AI 509573 - E-10/005/14639/2017 - AI 509572 - E-10/005/14640/2017 - AI 509571 - E-10/005/14641/2017 - AI 509570 - E-10/005/14642/2017 - AI 509569 - E-10/005/14643/2017 - AI 509568 - E-10/005/14644/2017 - AI 509567 - E-10/005/14645/2017 - AI 509566 - E-10/005/14646/2017 - AI 509565 - E-10/005/14647/2017 - AI 509564 - E-10/005/14648/2017 - AI 509563 - E-10/005/14649/2017 - AI 509562 - E-10/005/14650/2017 - AI 509561 - E-10/005/14651/2017 - AI 509560 - E-10/005/14652/2017 - AI 509559 - E-10/005/14653/2017 - AI 509558 - E-10/005/14654/2017 - AI 509557 - E-10/005/14655/2017 - AI 509556 - E-10/005/14656/2017 - AI 509555 - E-10/005/14657/2017 - AI 509554 - E-10/005/14658/2017 - AI 509553 - E-10/005/14659/2017 - AI 509552 - E-10/005/14660/2017 - AI 509551 - E-10/005/14661/2017 - AI 509550 - E-10/005/14662/2017 - AI 509549 - E-10/005/14663/2017 - AI 509548 - E-10/005/14664/2017 - AI 509547 - E-10/005/14665/2017 - AI 509546 - E-10/005/14666/2017 - AI 509545 - E-10/005/14667/2017 - AI 509544 - E-10/005/14668/2017 - AI 509543 - E-10/005/14669/2017 - AI 509542 - E-10/005/14670/2017 - AI 509541 - E-10/005/14671/2017 - AI 509540 - E-10/005/14672/2017 - AI 509539 - E-10/005/14673/2017 - AI 509538 - E-10/005/14674/2017 - AI 509537 - E-10/005/14675/2017 - AI 509536 - E-10/005/14676/2017 - AI 509535 - E-10/005/14677/2017 - AI 509534 - E-10/005/14678/2017 - AI 509533 - E-10/005/14679/2017 - AI 509532 - E-10/005/14680/2017 - AI 509531 - E-10/005/14681/2017 - AI 509530 - E-10/005/14682/2017 - AI 509529 - E-10/005/14683/2017 - AI 509528 - E-10/005/14684/2017 - AI 509527 - E-10/005/14685/2017 - AI 509526 - E-10/005/14686/2017 - AI 509525 - E-10/005/14687/2017 - AI 509524 - E-10/005/14688/2017 - AI 509523 - E-10/005/14689/2017 - AI 509522 - E-10/005/14690/2017 - AI 509521 - E-10/005/14691/2017 - AI 509520 - E-10/005/14692/2017 - AI 509519 - E-10/005/14693/2017 - AI 509518 - E-10/005/14694/2017 - AI 509517 - E-10/005/14695/2017 - AI 509516 - E-10/005/14696/2017 - AI 509515 - E-10/005/14697/2017 - AI 509514 - E-10/005/14698/2017 - AI 509513 - E-10/005/14699/2017 - AI 509512 - E-10/005/14700/2017 - AI 509511 - E-10/005/14701/2017 - AI 509510 - E-10/005/14702/2017 - AI 509509 - E-10/005/14703/2017 - AI 509508 - E-10/005/14704/2017 - AI 509507 - E-10/005/14705/2017 - AI 509506 - E-10/005/14706/2017 - AI 509505 - E-10/005/14707/2017 - AI 509504 - E-10/005/14708/2017 - AI 509503 - E-10/005/14709/2017 - AI 509502 - E-10/005/14710/2017 - AI 509501 - E-10/005/14711/2017 - AI 509500 - E-10/005/14712/2017 - AI 509499 - E-10/005/14713/2017 - AI 509498 - E-10/005/14714/2017 - AI 509497 - E-10/005/14715/2017 - AI 509496 - E-10/005/14716/2017 - AI 509495 - E-10/005/14717/2017 - AI 509494 - E-10/005/14718/2017 - AI 509493 - E-10/005/14719/2017 - AI 509492 - E-10/005/14720/2017 - AI 509491 - E-10/005/14721/2017 - AI 509490 - E-10/005/14722/2017 - AI 509489 - E-10/005/14723/2017 - AI 509488 - E-10/005/14724/2017 - AI 509487 - E-10/005/14725/2017 - AI 509486 - E-10/005/14726/2017 - AI 509485 - E-10/005/14727/2017 - AI 509484 - E-10/005/14728/2017 - AI 509483 - E-10/005/14729/2017 - AI 509482 - E-10/005/14730/2017 - AI 509481 - E-10/005/14731/2017 - AI 509480 - E-10/005/14732/2017 - AI 509479 - E-10/005/14733/2017 - AI 509478 - E-10/005/14734/2017 - AI 509477 - E-10/005/14735/2017 - AI 509476 - E-10/005/14736/2017 - AI 509475 - E-10/005/14737/2017 - AI 509474 - E-10/005/14738/2017 - AI 509473 - E-10/005/14739/2017 - AI 509472 - E-10/005/14740/2017 - AI 509471 - E-10/005/14741/2017 - AI 509470 - E-10/005/14742/2017 - AI 509469 - E-10/005/14743/2017 - AI 509468 - E-10/005/14744/2017 - AI 509467 - E-10/005/14745/2017 - AI 509466 - E-10/005/14746/2017 - AI 509465 - E-10/005/14747/2017 - AI 509464 - E-10/005/14748/2017 - AI 509463 - E-10/005/14749/2017 - AI 509462 - E-10/005/14750/2017 - AI 509461 - E-10/005/14751/2017 - AI 509460 - E-10/005/14752/2017 - AI 509459 - E-10/005/14753/2017 - AI 509458 - E-10/005/14754/2017 - AI 509457 - E-10/005/14755/2017 - AI 509456 - E-10/005/14756/2017 - AI 509455 - E-10/005/14757/2017 - AI 509454 - E-10/005/14758/2017 - AI 509453 - E-10/005/14759/2017 - AI 509452 - E-10/005/14760/2017 - AI 509451 - E-10/005/14761/2017 - AI 509450 - E-10/005/14762/2017 - AI 509449 - E-10/005/14763/2017 - AI 509448 - E-10/005/14764/2017 - AI 509447 - E-10/005/14765/2017 - AI 509446 - E-10/005/14766/2017 - AI 509445 - E-10/005/14767/2017 - AI 509444 - E-10/005/14768/2017 - AI 509443 - E-10/005/14769/2017 - AI 509442 - E-10/005/14770/2017 - AI 509441 - E-10/005/14771/2017 - AI 509440 - E-10/005/14772/2017 - AI 509439 - E-10/005/14773/2017 - AI 509438 - E-10/005/14774/2017 - AI 509437 - E-10/005/14775/2017 - AI 509436 - E-10/005/14776/2017 - AI 509435 - E-10/005/14777/2017 - AI 509434 - E-10/005/14778/2017 - AI 509433 - E-10/005/14779/2017 - AI 509432 - E-10/005/14780/2017 - AI 509431 - E-10/005/14781/2017 - AI 509430 - E-10/005/14782/2017 - AI 509429 - E-10/005/14783/2017 - AI 509428 - E-10/005/14784/2017 - AI 509427 - E-10/005/14785/2017 - AI 509426 - E-10/005/14786/2017 - AI 509425 - E-10/005/14787/2017 - AI 509424 - E-10/005/14788/2017 - AI 509423 - E-10/005/14789/2017 - AI 509422 - E-10/005/14790/2017 - AI 509421 - E-10/005/14791/2017 - AI 509420 - E-10/005/14792/2017 - AI 509419 - E-10/005/14793/2017 - AI 509418 - E-10/005/14794/2017 - AI 509417 - E-10/005/14795/2017 - AI 509416 - E-10/005/14796/2017 - AI 509415 - E-10/005/14797/2017 - AI 509414 - E-10/005/14798/2017 - AI 509413 - E-10/005/14799/2017 - AI 509412 - E-10/005/14800/2017 - AI 509411 - E-10/005/14801/2017 - AI 509410 - E-10/005/14802/2017 - AI 509409 - E-10/005/14803/2017 - AI 509408 - E-10/005/14804/2017 - AI 509407 - E-10/005/14805/2017 - AI 509406 - E-10/005/14806/2017 - AI 509405 - E-10/005/14807/2017 - AI 509404 - E-10/005/14808/2017 - AI 509403 - E-10/005/14809/2017 - AI 509402 - E-10/005/14810/2017 - AI 509401 - E-10/005/14811/2017 - AI 509400 - E-10/005/14812/2017 - AI 509399 - E-10/005/14813/2017 - AI 509398 - E-10/005/14814/2017 - AI 509397 - E-10/005/14815/2017 - AI 509396 - E-10/005/14816/2017 - AI 509395 - E-10/005/14817/2017 - AI 509394 - E-10/005/14818/2017 - AI 509393 - E-1

ESGOTAMENTO SANITÁRIO, INCLUSIVE REPOSIÇÃO DE PAVIMENTO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA DIRETORIA DO INTERIOR - LOTE 1º, de que trata o Processo nº E-17/100.440/2015. Ordem de Serviço "E" nº 14.975/2018.
*Omitido no D.O. de 23/01/2018.

Id: 2084076

Secretaria de Estado de Cultura

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA FUNARJ Nº 648 DE 25 DE JANEIRO DE 2018

ALTERA, EM PARTE, A PORTARIA FUNARJ Nº 641 DE 08 DE JANEIRO DE 2018 QUE TRATA DA COMISSÃO PERMANENTE DE VISTORIA DE BENS PATRIMONIAIS MOVEIS ADMINISTRATIVOS DA FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FUNARJ, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta do Processo nº E-18/002/0019/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar, em parte, o art. 1º da Portaria nº 641, de 08 de janeiro de 2018, substituindo o servidor PHILIP VILOTE DE OLIVEIRA, identidade funcional 50919318, por VINICIUS CALMON SANTOS, identidade funcional 50916351.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2018

PABLO FILIPE MORAIS SOARES DE ANDRADE
Presidente

Id: 2084048

Procuradoria Geral do Estado

DESPACHO DO PROCURADOR-GERAL

DE 03.01.2018

PROCESSO Nº E-14/001.050257/2016 - Pregão Eletrônico PGE-RJ nº 07/2017.

Com base nas informações constantes na ata da sessão de julgamento da licitação, HOMOLOGO a licitação referente à aquisição de insumos de informática para impressoras diversas, cujos objetos foram adjudicados às empresas: Lote 1 - LEMARK CARTUCHOS EIRELI-EPP (CNPJ: 18.436.917/0001-07), pelo valor global de R\$ 118.800,00 (cento e dezoito mil e novecentos reais); Lote 2 - SERVENTEC TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA-ME (CNPJ: 08.784.976/0001-04), pelo valor global de R\$ 84.999,66 (oitenta e quatro mil novecentos e noventa e nove reais e sessenta e seis centavos); e Lote 3 - LEMARK CARTUCHOS EIRELI-EPP (CNPJ: 18.436.917/0001-07), pelo valor global de R\$ 13.400,00 (treze mil e quatrocentos reais).

Id: 2084192

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS
ATO DA PROCURADORA-ASSISTENTE
PORTARIA Nº 297 CEJUR/PGE DE 29 DE JANEIRO DE 2018
DELEGA COMPETÊNCIA NA FORMA QUE MENCIONA.

A PROCURADORA-ASSISTENTE DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, no uso de suas atribuições legais, e nos termos da Resolução PGE nº 3968, de 09 de novembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica delegada competência a BEATRIZ HOCHMANN BEHAR, Técnico Processual, Identidade Funcional nº 5025609-2, e, em sua ausência, a CARLA APARECIDA BRAZ DA SILVA, Assistente, Identidade Funcional nº 4366784-8, ou a MONICA GOLTARA ARAUJO COTTA, Técnico Processual, Identidade Funcional nº 4362628-8, para a prática dos seguintes atos:

I - assinar certidões e certificados relativos aos estagiários, aos alunos do Programa de Residência Jurídica e do Programa de Acesso e Inclusão Social da Procuradoria Geral do Estado;

II - assinar documentos relativos a repousos, remoções, interrupções e readmissões e deslocamentos de estagiários e alunos do Programa de Residência Jurídica;

III - assinar autorizações para pagamento de acréscimo de auxílio transporte de estagiários, alunos do Programa de Residência Jurídica e do Programa de Acesso e Inclusão Social;

IV - decidir a respeito de justificativas de ausência da alunos do Programa de Residência Jurídica e do Programa de Acesso e Inclusão Social da Procuradoria Geral do Estado;

V - praticar os atos de designação dos estagiários e alunos do Programa de Residência Jurídica;

VI - assinar carteiras de estagiários;

VII - fixar datas para a entrega de relatórios, protocolo e carteira da OAB, declaração de matrícula na Instituição de Ensino das folhas de frequência e aproveitamento.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Portarias nº 175 e 176, de 05 de dezembro de 2016.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2018

NATHALIE CARVALHO GIORDANO MACEDO

Procuradora-Assistente do CEJUR

Id: 2084187

CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS
COORDENADORIA DE ESTÁGIO E TREINAMENTO
PROFISSIONAL

ATO DA PROCURADORA-ASSISTENTE

PORTARIA Nº 298-CEJUR/PGE DE 30 DE JANEIRO DE 2018

ADMITIR ESTAGIÁRIOS DE DIREITO NA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO.

A PROCURADORA-ASSISTENTE DO CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS, no uso de suas atribuições legais e nos termos da delegação estabelecida pela Resolução PGE nº 3.723, de 02 de março de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Serão designados os candidatos, abaixo relacionados, aprovados em Exame de Seleção a que se submeteram, para admissão no Estágio de Prática Forense e Organização Judiciária da Procuradoria Geral do Estado. As admissões em causa, com fundamento nos Decretos nos 20.855, de 18.11.94; 22.304, de 27.06.96, e 25.999, de 28.01.2000, e nas Resoluções PGE nos 1.159, de 06.05.96; 4.034, de 23/02/2017; 4.095 de 28/06/2017; e 3.937 de 29/08/2016, serão consideradas efetuadas na data da assinatura dos respectivos Termos de Compromisso, respeitada a validade neles indicada.

SEDE:

JOÃO MANOEL ARAUJO DE ABREU
ALLAN OLIVEIRA DA COSTA
VICTORIA RAMOS LOVISOLO

TAYANA BERNSTORFF DE SAO THIAGO
LARRY BOTELO DA SILVA
JANDIRA ALVES DE LIMA
LUCAS DE ASSIS DOS SANTOS
PAULA CAROLINA ALVES FERNANDES
ADLER MORAIS COSTA
GUILHERME DE CARVALHO F. FILHO
THAMIRIS OLIVEIRA PEREIRA
ALEXANDRA BARROS C. MARINHO
ROSANE DE OLIVEIRA
CAUAI MELLO INACIO
WENDERSON ROSA DE J. DOS SANTOS
MARINA EMILIO DA COSTA
ALEXANDRE VAL DIAS DA SILVA
ARTUR JUNQUEIRA DE ALMEIDA
GEOVANNA QUINTAS GARCIA SANTOS
LUCAS DA SILVA PAULO ARAUJO
KETTLEY LOHANNA DE MORAES MARQUES
MARIA EDUARDA DE TOLEDO COELHO
BEATRIZ JUSTO LAMOUNIER
MARGELLE DE CARVALHO M. DE QUEIROZ
FREDERICO BOGHOSIAN TORRES
THIAGO AVILA SANTOS DA SILVA
THIAGO QUINTÃO FALCÃO
CARLA MORENA VIEIRA N. GOMES
SUELLEN VARGAS LOPES
ALESSANDRA BERTO FERREIRA DA SILVA
KAROLAYNE MIGUEZ TEIXEIRA REZENDE
MARIA VICTORIA AVELINO SILVEIRA
LUIZA CABRAL CARVALHO
RAMON DOS SANTOS PRIETOS
PHILIPPE HONORATO RODRIGUES DA SILVA
CAINIA VIEIRA E SILVA
ANGELICA DA CONCEIÇÃO F. FONSECA
ISABELLE NUNES DE CARVALHO
LORENA GARCIA DE ALMEIDA FERREIRA
PATRICIA MAIA DE FREITAS
GABRIELE DE FREITAS FERREIRA
JULIANA CAETANO SILVEIRA ARAUJO
AMANDA BEZERRA RIBEIRO TEIXEIRA
LEONARDO FERNANDES DO NASCIMENTO
THAYSE RODRIGUES GONÇALVES PEREIRA
RENATA RIBEIRO BRAFMAN
JULIA TUPYNAMBA DUARTE
JOSE ANTONIO MACIEL DA SILVA JUNIOR
RODRIGO DA SILVA BORGES

1º PR - NITERÓI

JOSÉ VICTOR DE ARAUJO CARDOSO

2º PR - DUQUE DE CAXIAS

GABRIELA SANTOS GUIMARÃES

KEVELYN SECUNDINO DOS REIS

NATHAN DE ANDRADE ROCHA

REBECA SANTOS DE CAMPOS

7º PR - PETRÓPOLIS

VINICIUS MULLER FREITAS

CAIO CESAR KLÖH

DOUGLAS GUIMARÃES PAIXÃO

10º PR - CAMPOS DOS GOYTACAZES

GRASIELE CORDEIRO VILELA PUPPIM

Art. 2º - As designações dos candidatos para as vagas existentes objetivam atender às necessidades da Procuradoria Geral do Estado. A não-apresentação dos documentos exigidos para a admissão, a recusa do candidato em aceitar a designação ou o não-comparecimento na data marcada pelo Centro de Estudos Jurídicos tornará sem efeito a admissão, nos termos do art. 9º, da Resolução PGE nº 1.159/96.

Art. 3º - Os candidatos convocados para as Procuradorias Regionais assinarão o Termo de Compromisso no local correspondente à sua designação.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, sendo as admissões consideradas realizadas na data da assinatura dos respectivos Termos de Compromisso, respeitada a validade neles indicada.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2018

NATHALIE CARVALHO GIORDANO MACEDO
Procuradora-Assistente

Id: 2084188



TRENS MAIS NOVOS
E CADA VEZ MAIS RÁPIDOS.
ISSO DEVERIA SER BOM
PRA TODO MUNDO.

Dianamente, pessoas andam nos trilhos para cortar caminho ou não pagar passagem. Muitas dessas infrações, lamentavelmente, acabam virando graves acidentes. A modernização e o maior número de trens reduziram o tempo de viagem, diminuíram a espera nas plataformas e aumentaram o conforto. Isso é ótimo para os passageiros. Mas ficou ainda pior para quem atravessa os trilhos, mesmo sabendo que é proibido. Para nós, tão importante quanto transportar pessoas em segurança é preservar a vida de todos.

SUPERVIA

ODEBRECHT

NÃO CAMINHE NOS TRILHOS.
UMA CAMPANHA PELA VIDA.

Supervia: Fone 0800 721 6911 - www.supervia.com.br
Faltou o seu bilhete? - bilhete.supervia.com.br
Supervia e Odebrecht são marcas registradas.

29.138.377/0001-93. ENDEREÇO: Rodovia BR-040, km 17. MUNICÍPIO: Três Rios - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 76 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 2.882,59. PROCESSO Nº E-07/002.1413/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00149267

NOME: Construtor do Frade Material de Construção LTDA. CNPJ/CPF Nº: 06.968.287/0002-05. ENDEREÇO: Rodovia Governador Mario Covas, s/n. MUNICÍPIO: Angra dos Reis - RJ. INFRAÇÃO: Artigos 31, 46, 57, 61, 64, 65, 90, 92 e 94 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 927.567,90. PROCESSO Nº E-07/002.641/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00147836

NOME: William Jackson Jose Martins. CNPJ/CPF Nº: 100.239.617-40. ENDEREÇO: Santa Cruz/Salinas Nova Friburgo. MUNICÍPIO: Nova Friburgo - RJ. INFRAÇÃO: Artigos 46 e 94 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 22.948,10. PROCESSO Nº E-07/002.1041/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00148409

NOME: Camorim Serviços Marítimos LTDA. CNPJ/CPF Nº: 00.649.990/0003-55. ENDEREÇO: Rua Mario Trilha, 136. MUNICÍPIO: Niterói - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 87 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 35.046,48. PROCESSO Nº E-07/002.692/2014.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00148960

NOME: Prefeitura Municipal de Três Rios. CNPJ/CPF Nº: 29.138.377/0001-93. ENDEREÇO: Rodovia BR-040, km 17. MUNICÍPIO: Três Rios - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 2.085.811,16. PROCESSO Nº E-07/002.1413/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00149261

NOME: Sab Empreendimentos LTDA. CNPJ/CPF Nº: 31.609.985/0001-80. ENDEREÇO: Estrada de Secretário, 1080. MUNICÍPIO: Duque de Caxias - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 76 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.741/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00148961

NOME: Prefeitura Municipal de Três Rios. CNPJ/CPF Nº: 29.138.377/0001-93. ENDEREÇO: Rodovia BR-040, km 17. MUNICÍPIO: Três Rios - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/2000. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 17.189,32. PROCESSO Nº E-07/002.1413/2015.

Id.Funcional	Nome	Cargo	1º AV	2º AV	3º AV	4º AV	MÉDIA AV
4463944-9	Marcia Rocha Silva	Extensionista	41	41	40	43	41,00
5034809-4	Aline Thomas da Silva	Extensionista	44	42	43	42	42,75
5034807-8	Ligia Coletti Bernadock	Extensionista	42	41	42	43	42,00
5034821-3	Andre Luiz Medeiros de Souza	Extensionista	43	43	43	43	43,00
4320301-9	Maria de Fátima Moraes Valentim	Extensionista	36	39	41	40	39,00

Secretaria de Estado de Cultura**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

*INSTRUMENTO: Contrato nº 010/2017. PARTES: Secretaria de Estado de Cultura pela Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro e a empresa Wartung Serviços, Conservação e Limpeza LTDA-EPP. OBJETO: Prestação de Serviços de Limpeza, Conservação, higiene e Copelagem, compreendendo mão de obra, materiais de Limpeza e higiene, equipamentos e máquinas necessários, para atender ao Lote 2 - Fundação Teatro Municipal. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 02/01/2018. DATA DE ASSINATURA: 28/12/2017. VALOR: R\$ 1.406.559,60 (um milhão, quatrocentos e seis mil quinhentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PT 2016: FR 100 e FR 230. FUNDAMENTO LEGAL DO ATO: Lei Federal nº 8.666/93. PROCESSO Nº E-18/001/64/2017. *Omitido no D.O. 02/01/2018.

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

*INSTRUMENTO: Contrato nº 012/2017. PARTES: Secretaria de Estado de Cultura pela Fundação Museu da Imagem e do Som e a empresa Wartung Serviços, Conservação e Limpeza LTDA-EPP. OBJETO: Prestação de Serviços de Limpeza, Conservação, higiene e Copelagem, compreendendo mão de obra, materiais de Limpeza e higiene, equipamentos e máquinas necessários, para atender ao Lote 4 - Fundação Museu da Imagem e do Som. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 02/01/2018. DATA DE ASSINATURA: 28/12/2017. VALOR: R\$ 351.143,04 (trezentos e cinquenta e um mil cento e quatro reais e quarenta centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PT 2016: FR 100. FUNDAMENTO LEGAL DO ATO: Lei Federal nº 8.666/93. PROCESSO Nº E-18/001/64/2017. *Omitido no D.O. de 02/01/2018.

Id: 2084034

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00149276

NOME: Dione Veríssimo de Souza. CNPJ/CPF Nº: 077.846.707-45. ENDEREÇO: Ilha do Papagaio. MUNICÍPIO: Cabo Frio - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 64 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.5989/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00149022

NOME: Osvaldo da Costa Cardoso Filho. CNPJ/CPF Nº: 423.098.247-04. ENDEREÇO: Estrada de Bacaxá, s/n - Fazenda Imbiara II. MUNICÍPIO: Rio Bonito - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 81 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 2.743,75. PROCESSO Nº E-07/002.5540/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00148830

NOME: Comercial Piralcool LTDA. CNPJ/CPF Nº: 58.843.137/0001-98. ENDEREÇO: Rua Vitória, nº 1407. MUNICÍPIO: Pirassununga - SP. INFRAÇÃO: Artigo 46 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 492.192,62. PROCESSO Nº E-07/002.8644/2014.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00149255

NOME: Transportes Paranaquian S/A. CNPJ/CPF Nº: 33.197.187/0001-14. ENDEREÇO: Estrada do Galeão, 178 Lado Par. MUNICÍPIO: Rio de Janeiro - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 76 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 1.941,48. PROCESSO Nº E-07/002.674/2016.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEA/00149311

NOME: Le Soleil Indústria e Comércio de Bijuterias Artesanais LTDA. CNPJ/CPF Nº: 09.066.947/0001-70. ENDEREÇO: Avenida Tancredo Neves, 750. MUNICÍPIO: Japeri - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 87 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Advertência. PROCESSO Nº E-07/002.7553/2016.

Id: 2084254

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS****EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

*INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAE Nº 006/2018 (DI). PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE e as empresas reunidas através do CONSÓRCIO MANUTENÇÃO LESTE I. OBJETO: "SERVIÇOS CONTÍNUOS DE APOIO, REPARO, COMPLEMENTOS E MANUTENÇÃO DOS RAMAIS, LIGAÇÕES PREDIAIS, REDES E ELEVATÓRIAS NOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTOS DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, INCLUSIVE REPOSIÇÃO DE PAVIMENTO NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA DIRETORIA DO INTERIOR - LOTE I". PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias. VALOR: R\$ 19.972.867,77 (dezenove milhões, novecentos e setenta e seis mil, oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e sete centavos).

e dois mil oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e sete centavos).
DATA DE ASSINATURA: 19/01/2018.
FUNDAMENTO: PROCESSO Nº E-17/100.440/2015 (CN nº 001/2016 - ASL-1.1).
*Omitido no D.O. de 23/01/2018.

Id: 2084075

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES****AVISO**

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 313/2018 - ASL-DP.
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO PARA AS ETAS GUANDU E TAQUARA".
A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica aos interessados que a licitação em epígrafe teve sua realização adiada sine die.

Id: 2084187

**Secretaria de Estado de
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento****ADMINISTRAÇÃO VINCULADA****SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
PESCA E ABASTECIMENTO
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO****EDITAL**

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESCA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, torna público o resultado da Média Final da Avaliação de Desempenho no Estágio Probatório, no período de 30/04/2014 a 28/12/2017, dos servidores abaixo relacionados, aprovados e aptos para aquisição da estabilidade, analisada pela Comissão designada pela PORTARIA FIPERJ nº 24 de 06/10/2017, publicada no DOERJ de 11/10/2017. Fica estipulado o prazo de 05(cinco) dias úteis para interposição de recursos.
MÉDIA DA AVALIAÇÃO

4424052-0	Andre Luiz de Araujo	Analista Rec. Pes-44 queiros	40	41	39	41,00
5035805-7	Cesar Roberto da Silva Pinheiro	Extensionista	34	36	42	38,75
5035826-0	Fernando Augusto Pereira Tuna	Analista Rec. Pes-42 queiros	40	43	44	42,25
5036009-4	Silvio Akira Uehra	Analista Rec. Pes-37 queiros	40	42	43	40,50
4197315-1	Diogo Fonseca da Rocha	Extensionista	43	42	44	43,00

Id: 2084224

EDITAL

Em cumprimento ao Decreto nº 44.013, de 02 de janeiro de 2013, e o disposto na Lei nº 1.954, de 26 de janeiro de 1992, e na Lei nº 7.035, de 07 de julho de 2015 o Senhor Secretário de Estado de Cultura concede a fruição do benefício fiscal em favor do patrocinador abaixo:

01	Processo nº	E-18/001/1446/2017
	Projeto:	Desfiles do Carnaval de Rua 2018 - Sebastiana
	Produção:	Nacional
	Patrocinador:	Associação Independente de Blocos de Carnaval de Rua da Zona Sul, Santa Teresa e Centro da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro
	CPF/CNPJ:	05.662.620/0001-00
	Patrocinador:	Ambev S.A.
	CNPJ:	07.526.557/0063-02
	Valor Total Incentivado:	R\$ 640.000,00
	Doação Compulsória Fundo (1/5 do Valor)	R\$ 128.000,00
	Incentivado:	R\$ 160.000,00
	Valor Total de Contrapartida	
02	Processo nº	E-18/001/1457/2017
	Projeto:	Desfiles do Carnaval de Rua 2018 - Zé Pereira

Produção: Nacional
Proponente: Associação Amigos do Zé Pereira
CPF/CNPJ: 19.172.035/0001-36
Patrocinador: Ambev S.A.
CNPJ: 07.526.557/0046-01
Valor Total Incentivado: R\$ 320.000,00
Doação Compulsória Fundo (1/5 do Valor) R\$ 64.000,00
Valor Incentivado: R\$ 80.000,00
Valor Total de Contrapartida

Id: 2084260

**Secretaria de Estado de
Esporte, Lazer e Juventude****EXTRATO DE TERMO**

*INSTRUMENTO: Termo de Compromisso de Estágio nº 013/2017. PARTES: O Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude; a Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (interviente) e BERNADETTE CLAIRE PAIVA SANTANA. DATA DA ASSINATURA: 28/12/2017. OBJETO: Estágio Supervisionado sem vínculo empregatício. DO PRAZO: Da data de publicação até 06/07/2018. VALOR: R\$ 600,00 (seiscentos reais). FUNDAMENTO: Processo nº E-30/001/349/2015, Lei nº 11.788/2008. *Omitido no D.O. de 02/01/2018.

Id: 2084287

ESCOLA ITINERANTE
O TCE-RJ LEVANDO
CAPACITAÇÃO
AOS MUNICÍPIOS
JURISDICIONADOS

**ACESSE O SITE
DA ESCOLA
DE CONTAS
E GESTÃO E
VEJA NOSSA
PROGRAMAÇÃO**

www.ecg.tce.rj.gov.br

TCE RJ
Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

ecg 10
ESCOLA DE CONTAS
E GESTÃO DO TCE-RJ

9º tce
escola
itinerante